



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1009599-09.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Duplicata**
 Requerente: **RADIO PROGRESSO SAO CARLOS LTDA**
 Requerido: **JOÃO ALVES DE SOUSA NETO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

RADIO PROGRESSO SAO CARLOS LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Ordinário em face de JOÃO ALVES DE SOUSA NETO, também qualificada, alegando tenha firmado com o réu contrato de prestação de serviços para anúncios e propagandas por radiodifusão, não tendo o requerido quitado parcela referente ao contrato no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), cuja condenação requereu, com correções e juros.

Citado pessoalmente, o réu não ofereceu resposta, tendo a autora reclamado a aplicação dos efeitos da revelia.

É o relatório.

DECIDO.

No mérito, conforme regula o art. 319 do Código de Processo Civil, não oferecida resposta, presumem-se verdadeiros os fatos narrados na inicial. Assim a mora do réu.

No mais, o contrato e os comprovantes de irradiação, acostados à inicial (fls. 24/28), dão conta de permitir a este Juízo o acolhimento da demanda.

Fica, pois, a ré condenada ao pagamento da importância de R\$ 1.244,85 (um mil duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) que deve ser acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação.

O réu sucumbe e deve também arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação e em consequência CONDENO o réu JOÃO ALVES DE SOUSA NETO a pagar ao autor RADIO PROGRESSO SÃO CARLOS LTDA, a importância de R\$ 1.244,85 (um mil duzentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data do ajuizamento da ação, e CONDENO o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 29 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**